



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 19/03/1999
C	<i>[Assinatura]</i>
Rúbrica	

2º	RECORRI DESTA DECISÃO
C	RP/203-016
C	EM, 23 de <i>[Assinatura]</i> de 1998
Procurador Geral da Faz. Nacional	

Processo : 10640.002433/93-36

Acórdão : 203-03.743

Sessão : 09 de dezembro de 1997

Recurso : 102.655

Recorrente : PARAIBUNA PAPÉIS S/A

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

**PIS - INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS-LEIS N°s 2.445/88 E 2.449/88.** Precedentes do STF. Lançamento procedido com base em norma inaplicável à hipótese. Impossibilidade do Conselho de Contribuintes em promover a revisão do lançamento. Art. 142 do CTN. Auto de Infração cancelado. **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: PARAIBUNA PAPÉIS S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento ao recurso.** Vencidos os Conselheiros Otacílio Dantas Cartaxo e Renato Scalco Isquierdo.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1997

*[Assinatura]*  
Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

*[Assinatura]*  
Daniel Corrêa Homem de Carvalho  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, F. Maurício R. de Albuquerque Silva, Francisco Sérgio Nalini, Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

CHS/GB



**Processo :** 10640.002433/93-36

**Acórdão :** 203-03.743

**Recurso :** 102.655

Recorrente : PARAIBUNA PAPÉIS S/A

## RELATÓRIO

Contra a Contribuinte foi lavrado o Auto de Infração de fls. 01/16, pelo não recolhimento da Contribuição do Programa de Integração Social - PIS, incidente sobre o faturamento, referente aos períodos de apuração MAR/89 a MA/189, JUL/89 a DEZ/89, JAN/90 a DEZ/90, JAN/91, MAI/91 e JUN/91, e JAN/92 a AGO/93, em que se exige o recolhimento a título de contribuição.

Em impugnação de fls. 22/24, a recorrente alega, em síntese, que relativamente ao Auto de Infração, houve confusão entre “*correção do valor monetário*”, que não constitui lucro tributável, com o que os economistas batizaram, impropriamente, de “*variação monetária*”.

Assim sendo, solicita um reexame do Auto de Infração.

A autoridade monocrática, às fls. 27/29, demonstra que a contribuinte não contesta os valores lançados, mas sim, a exigência da correção monetária. Esclarece, assim, que esta exigência está de acordo com o disposto no art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 2.052/83 e no art. 61 da Lei nº 7.799/89, não constituindo, portanto, penalidade alguma.

O não pagamento das parcelas devidas, em suas épocas próprias, sujeitará a empresa à incidência de juros, multas e correção monetária. Tudo com base na legislação vigente.

Pelo exposto, julga procedente a ação fiscal.

Inconformada, a requerente, interpõe recurso voluntário, às fls. 34/38, alegando, em síntese, que o presente processo administrativo se afigura como indevido, abusivo, e ilegal, no que diz respeito à fixação de valores da multa regulamentar e a consequente multa e atualização total do débito.

Que é evidente que a falta de recolhimento do tributo não se afigura como artifício doloso e intuito de sonegação. Que a levou ao não recolhimento do tributo, foi uma estratégia para evitar dispensas em massa no quadro funcional.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 10640.002433/93-36**

**Acórdão : 203-03.743**

É ilegal a correção exigida, conforme se verifica, por exemplo, da Ementa ST, RE nº 40.464-9-SP, Relator Min. Humberto Gomes de Barros, 1<sup>a</sup> Turma, DJU, I, 27.06.94, pág. 16.907.

Que contribuiu para o PIS, à alíquota de 5%, sobre o imposto de renda devido, ou como se devido fosse, até o advento dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, obrigada por força da Lei Complementar nº 07/70 e da Lei Complementar nº 17/73. Tendo ficado muito onerada com a publicação dos referidos decretos-leis.

Pede que seja julgado improcedente em parte o Auto de Infração, haja visto que contestou tão somente a aplicação dos índices de correção monetária que diz respeito à multa e ao tributo devido, e determine a retificação de ofício, em virtude do excesso de valor quanto à multa arbitrada e a devida correção.

É o relatório.



Processo : 10640.002433/93-36

Acórdão : 203-03.743

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO

Assiste razão à recorrente quanto à inaplicabilidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, haja visto já ter a Suprema Corte do País se posicionado nesta linha (RE nº 145.806-2). Cabe ressaltar que já foi objeto de parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a possibilidade de que este Tribunal Administrativo possa apreciar matéria de constitucionalidade. Isso desde que a questão já tenha sido pacificada pelos Tribunais Superiores. É o caso do processo em pauta. Isto posto em relação a este ponto, entendo deva ser reduzida a base de cálculo na forma da Lei Complementar nº 07/70, de forma a obedecer as diretrizes jurisprudenciais do STF.

*“PIS. CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DOS DECRETOS-LEIS N°s 2.445/88 E 2.449/88, QUE ALTERARAM A DISCIPLINA JURÍDICA: RE 148.754, PLENÁRIO 24.06.93.*

*O STF entendeu, por expressiva maioria, que a contribuição para o Programa de Integração Social, no regime constitucional pretérito, não se caracterizava como tributo, segundo a orientação aqui predominante, e, portanto, não se poderia compreender no âmbito das finanças públicas, sendo insuscetível de disciplina por decreto-lei, à luz do disposto no art. 55, II, da CF/69. Daí haver declarado a inconstitucionalidade formal dos DLs 2.445 e 2.449/88, no julgamento do RE 148.754.”*

Também quanto ao tema da forma do recolhimento do PIS, significativa é a transcrição a seguir:

*“TRIBUTÁRIO-PIS. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. ALÍQUOTA E BASE DE CÁLCULO.*

*-TRATANDO-SE DE EMPRESA CUJA ATIVIDADE PREponderante É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NÃO A VENDA DE MERCADORIAS, OS RECOLHIMENTOS PARA O PIS DEVEM SER FEITOS À BASE DE 5% SOBRE O IMPOSTO DE RENDA E MAIS OUTRA PARCELA EQUIVALENTE COM RECURSOS PRÓPRIOS, NA FORMA DA RESOLUÇÃO Nr.482, V (PIS-REPIQUE), E NÃO 0,75% SOBRE A RECEITA BRUTA (PIS-FATURAMENTO)” TRF - 2ª Região.*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10640.002433/93-36  
Acórdão : 203-03.743

Pelo exposto em face do enquadramento legal inadequado e em face da restrição do artigo 142 do CTN, que impede a este Colegiado a revisão do lançamento, dou provimento ao recurso para cancelar o Auto de Infração objeto do presente feito.

Nestes termos dou provimento ao recurso para cancelar o auto de infração.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 1997

*Daniel Corrêa Homem de Carvalho*  
DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EXMº SR. PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA DO SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 10640.002433/93-36

Acórdão nº 203-03.743

Interessada: PARAIBUNA PAPÉIS S.A.

A Fazenda Nacional, irresignada com a r. decisão consubstanciada no Acórdão de fls., vem, na forma do artigo 32, inciso I, da Portaria MF nº 55, de 16-03-98, interpor Recurso Especial para a Colenda Câmara Superior de Recursos Fiscais, com espeque no que se segue.

Consoante relatório que instrui a decisão consolidada no Acórdão em epígrafe, contra a contribuinte foi lavrado auto de infração pelo não recolhimento da Contribuição do Programa Social - PIS, incidente sobre o faturamento referente aos períodos de apuração MAR/89 e MAI/89, JUL/89 a DEZ/89, JAN/90 a DEZ/90, JAN/91, MAI/91 e JUN/91, e JAN/92 a AGO/93.

Não se conformando, com a decisão de Primeira Instância, a interessada obteve decisão que lhe foi favorável na 2ª Instância, por maioria de votos.

O Acórdão em causa tem a ementa que se reproduz abaixo:

**“PIS - INCONSTITUCIONALIDADE DOS DECRETOS-LEIS N°s 2.445/88 e 2.449/88. Precedentes do STF. Lançamento procedido com base em norma inaplicável à hipótese. Impossibilidade do Conselho de Contribuintes em promover a revisão do lançamento. Art. 142 do CTN. Auto de Infração cancelado. Recurso provido.”**

Isto posto, tem-se a dizer que a decisão consolidada no Acórdão acima transcrito está em confronto com o disposto no inciso VIII do artigo 18 da Medida Provisória N. 1.542-29, de 27 de novembro de 1997, medida esta publicada anteriormente à decisão em causa, nos seguintes termos:

“Art. 18. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente:

VIII - à parcela da contribuição ao Programa de Integração Social exigida na forma do Decreto-Lei n. 2.445 , de 29 de junho de 1988, e do Decreto-lei n. 2.449, de 21 de julho de 1988, **na parte que exceda o valor devido com fulcro na Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970, e alterações posteriores;**” (os negritos não são do original)

De outra parte, é oportuno e valioso frisar-se, que esta mesma egrégia Câmara, noutras decisões, por unanimidade de votos, nos Acórdãos nºs 203-03.600 e 203-03.601, deu provimento **parcial ao recurso do contribuinte para excluir dos cálculos os efeitos** dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88, consoante voto do Sr. Relator, condutor dos referidos Acórdãos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Processo nº 10640.002433/93-36  
Acórdão nº 203-03.743

Outrossim, na decisão que consubstanciou o Acórdão nº 203-03.724, de 08-12-97, (cujo relator é o mesmo do voto que resultou na decisão em causa), assim se manifestou a respeito na conclusão do seu voto a respeito desta mesma matéria:

“Pelo que dou provimento parcial ao recurso para sejam aplicadas a alíquota e a base de cálculo, objeto do lançamento, objetivando adequá-los às normas da Lei Complementar nº 7/70 e ...” (os negritos não são do original)

No entanto, o voto condutor do Acórdão em causa, do mesmo referido relator, posicionou-se nos seguintes termos:

“Nestes termos dou provimento ao recurso para cancelar o auto de infração.”

Assim, consoante se verifica, a decisão em causa confronta-se substancialmente com o inciso VIII do artigo 18 da Medida Provisória acima transcrita, muito embora este dispositivo possa ser criticável do ponto de vista técnico para sua aplicação.

Em face do exposto, a Fazenda Nacional, juntando cópias dos Ac. anteriormente aludidos, e invocando os doutos subsídios da Turma especializada, requer a este Colendo Tribunal Administrativo a reforma da decisão da Instância “a quo”, para que sejam excluídos dos cálculos da contribuição para o PIS a parte que excede o valor devido, na forma do que dispõe o inciso VIII do artigo 18 da Medida Provisória nº 1.542-29, de 27 de novembro de 1997, vigente na época da decisão em causa.

Pede deferimento,

Brasília-DF.,

*23 de julho de 1998*

*José de Ribamar Alves Soárez*  
Procurador da Fazenda Nacional

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10640.002433/93-36

Recurso nº: 102.655 Acórdão nº 203-03.743

RP nº 203-016

Recorrente : FAZENDA NACIONAL

Recorrido : Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes

Interessada: PARAIBUNA PAPEIS S.A

**D E S P A C H O N° 203-030**

O Senhor Procurador-Representante da Fazenda Nacional, recorre para a Câmara Superior de Recursos Fiscais da decisão deste Conselho, proferida por maioria de votos, em sessão de 09 de dezembro de 1997, e consubstanciada no Acórdão nº 203-03.743, do qual tomou ciência em 15 de julho de 1998.

Tendo em vista a presença dos requisitos exigidos no Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais: decisão não unânime (artigo 7º, parágrafo 1º) e tempestividade (art. 7º), recebo o recurso interposto pelo ilustre representante da Fazenda Nacional.

Encaminhe-se à repartição preparadora tendo em vista o disposto no artigo 3º, § 3º, do Decreto nº 83.304/79, com a redação que lhe deu o artigo 1º do Decreto nº 89.892/84, para que sejam adotadas as seguintes providências:

1) Enviar ao sujeito passivo cópia do inteiro teor da decisão proferida por esta Câmara e do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional;

2) Cientificá-lo de que, no prazo de quinze (15) dias, poderá apresentar contra-alegações ao recurso da Fazenda Nacional;

3) Anexar aos autos cópia do aviso da ciência e prova do instrumento do recebimento (recibo, A.R. ou cópia do edital);

4) Esgotado o prazo concedido ao contribuinte, anexar aos autos a petição de contra-razões, dela fazendo constar a data de sua efetiva entrega à repartição ou certificar a sua não apresentação, e encaminhar os autos à Secretaria da Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Brasília-DF, 06 de agosto de 1998

  
Hélio Dantas Mariz  
2º Conselho de Contribuintes  
Presidente da 3ª Câmara